



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO
DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA.

No vigésimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Paulo Queiroz fez inicialmente um requerimento verbal à Mesa solicitando as notas taquigráficas da sessão ordinária do dia anterior. Referiu depois que - no último domingo, na coluna Habeas Data, do jornal O Liberal - Jarbas Vasconcelos do Carmo, titular da Secretária Extraordinária de Estado para Assuntos Penitenciários e ex-presidente da OAB-PA, apresentou um rápido perfil do caos do sistema penitenciário em nosso estado e no Brasil e afirmou que tal sistema está falido. Avaliou que a designação "Secretaria Extraordinária" já revela uma mudança estrutural na antiga Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará – SUSIPE que agora será uma secretaria de estado, felizmente pela necessidade e infelizmente pela causa, visto que a alteração de *status* do órgão demonstra que o problema penitenciário do estado é gravíssimo. Externou que as facções criminosas tomaram os cárceres de maneira tão acintosa que em algumas delas a presença do estado é meramente formal. Constituem assim um verdadeiro poder paralelo instalado, sendo necessário um grande esforço para alterar a realidade atual. Ajuizou que tal mudança levará muito tempo e muito investimento financeiro. Declarou que hoje as facções criminosas comandam o sistema penitenciário em nosso estado e isto precisa mudar, pois muito dos crimes que ocorrem nas ruas, muitas das execuções, são arquitetados e ordenados a partir das casas penais. Comentou que às vezes achamos que retirar criminosos de circulação e encarcerá-los resolve o problema da criminalidade. Postulou não ser isto verdadeiro porque lá eles ainda mandam e desmandam e o exército do crime apenas cresce, pois o sistema penitenciário que temos, sem o cumprimento da Lei de Execuções Penais (Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984), aglomera os que cometeram crimes hediondos, os líderes de organizações criminosas e os psicopatas com jovens condenados e presos provisórios, permitindo uma interação nefasta e a perpetuação do mal. Afirmou que não se pode admitir e ficar passivo perante os números apresentados pelo secretário: o Pará tem 10 mil vagas no sistema, mas há 9,5 mil presos provisórios e outros 10 mil presos já condenados. Informou que, em seu primeiro requerimento neste mandato, solicitará que esta Casa encaminhe expediente à Defensoria Pública do Estado do Pará solicitando que sejam destacados mais defensores para atendimento dos presos provisórios. Ponderou que o número destes precisa ser reduzido para que saibamos o tamanho real do problema, quantas vagas são realmente necessárias, mas, principalmente, para sabermos quantos desses presos provisórios não deveriam estar presos, sujeitos a um sistema violento e violentador. Esclareceu não defender a bandidagem, não defender criminosos, não ser militante de direitos humanos, mas é cristão e cidadão. Assim sendo, acredita na mudança das pessoas, acredita que cada uma deve ter a retribuição do mal que causou, segundo a legislação, mas crê que o Código Penal é tão importante quanto a Lei de Execução Penal e acima das duas está a Constituição Federal. A lei deve ser cumprida contra o criminoso e também em favor deste. Expressou que pensar deste modo, antes de ser cristão, é humano, é legal e constitucional. Acrescentou que o preso tem como punição por seus atos criminosos a perda do convívio social, não precisa dormir no chão, comer comida estragada, ser estuprado ou obrigado a aderir a uma facção criminosa. Disse sentir que se posicionando deste modo desagrade a alguns, mas ressaltou ser assim que pensa e acredita que tal entendimento é consoante com a lei vigente dos homens e a lei eterna de Deus. Comunicou aguardar a conclusão de novas casas penais, referindo que a Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel virou uma grande favela e precisa ser reformada. Repercutiu a informação de que, em julho vindouro, novos estabelecimentos prisionais serão inaugurados, contudo, estimou, sem o trabalho do poder público para reduzir o número de presos provisórios, toda esta ampliação pode ser vã. Notificou que as igrejas cristãs sempre desenvolveram excelentes trabalhos nas casas penais do estado, sendo muitas vezes responsáveis pelo apaziguamento do clima belicoso e violento inerente a esses lugares, que acabam, infelizmente, transformando-se em verdadeiros depósitos de gente. Entretanto, lamentou, as dificuldades do sistema acabaram levando a um

afastamento da atuação de diversos grupos religiosos e estes precisam retornar urgentemente. Asseverou que mudança no coração e na mente, conversão de vida - que alguns chamam de ressocialização - somente Deus pode fazer. Expressou que nas casas penais o único lugar, o único grupo, que não é tragado pelo círculo vicioso de exploração e violência é o dos chamados irmãos ou crentes, sendo um oásis no meio de um deserto de drogas, estupros e extorsão nos presídios e penitenciárias. Opinou que o novo secretário penitenciário precisa reunir com as igrejas cristãs e de outras religiões e incluí-las neste projeto de recomeço e reorganização do sistema. Inteirou que seu segundo requerimento neste mandato é a inserção nos Anais da Casa da coluna Habeas Data, do jornal O Liberal, edição do dia 17/02/2019, para nos lembrar deste tema até juntos encontrarmos um melhor caminho. Aditou que este requerimento já foi apresentado e aguarda votação, pedindo o apoio dos demais parlamentares para sua aprovação. Finalizou dizendo que nesta Casa o debate é necessário, mas deve ser feito com decência, com ordem e sem ofensas pessoais, pois os parlamentares são adversários políticos, não são inimigos, e todos têm um propósito, assentado em um tripé que é defender a boa moral, o bem viver das pessoas e querendo o melhor para nossa capital, que precisa tanto dos parlamentares municipais. Assumiu então a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwage e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Este parabenizou os parlamentares que participaram da reunião do Colégio de Líderes, realizada no dia anterior, quando se determinou a discussão e votação de dois projetos importantes, que ocorrerão em sessão extraordinária a ser realizada neste dia, em regime de tantas quantas forem necessárias, a partir das doze horas, no salão plenário deste Poder. Informou que serão tratados dois assuntos importantes: mudança na legislação relativa aos taxistas e na legislação relativa à pensão por falecimento de servidores públicos municipais. Esclareceu que, em relação aos taxistas, serão discutidas novas regras para a concessão e transferência da titularidade, alterando-se o artigo 11 da Lei Municipal nº 8537/06. Acrescentou que também há a proposta de ampliação do limite de idade para o exercício da profissão de taxista para além dos 65 anos estabelecidos atualmente. Reconheceu que, presentemente, há tensão entre motoristas de aplicativos e taxistas, mas avaliou que há espaço para todos trabalharem em nossa cidade. Assegurou que esta Casa é plural e defende os interesses de ambas as categorias – se por um lado o transporte de passageiros via aplicativos é uma realidade mundial que não pode ser negada, por outro lado deve-se salvaguardar o trabalho dos taxistas que há tanto tempo labutam em Belém. Quanto ao outro projeto, continuou, trata-se de uma adequação da legislação municipal relativa ao direito de pensão por morte do funcionário público à legislação federal vigente. Referiu que a figura da união estável ainda não existe na legislação municipal, embora há muito tempo já seja reconhecida pela legislação federal. Com a mudança, ficará garantido o direito à pensão do cônjuge no caso de união estável se o servidor municipal vier a falecer. Também constam do projeto o direito à pensão dos portadores de deficiência e o direito a esta de todos os filhos. Convocou depois a população a comparecer ao HEMOPA e fazer doação de sangue, pois o banco de sangue daquela fundação encontra-se deficitário. Chamou a atenção para o fato de que se aproxima o carnaval, um período de festa em que normalmente há excessos e ocorrem, infelizmente, mais violência, confusões e acidentes, aumentando conseqüentemente a necessidade de transfusões. Disse ter sido na Fundação HEMOPA que se talhou como homem e se preparou para estar hoje neste Poder Legislativo. Finalizando, expressou ter certeza absoluta de que, às doze horas, o plenário teria a presença dos trinta e cinco membros deste parlamento para debater e aprovar os importantes projetos referidos anteriormente. Findo seu pronunciamento, Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa, mas, logo em seguida, pediu à vereadora Simone Kahwage que voltasse a presidir a sessão, pois participaria de uma reunião na sala VIP deste plenário. Assumiu então a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwage. Fez uso da palavra depois o vereador Fernando Carneiro e comentou sobre a repercussão dos áudios, divulgados no dia anterior pela imprensa nacional, do então ministro Gustavo Bebianno. Explicitou que estes não têm nenhum teor que incrimine o governo Bolsonaro, embora estejam relacionados ao mau uso da verba partidária. Julgou que há enormes indícios de uso criminoso desta verba envolvendo Bebianno e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Declarou-se esperançoso de que a justiça assegure a investigação idônea, isenta e rápida desses escândalos. Reportou haver outro escândalo envolvendo o senhor Paulo Preto, operador de recursos do PSDB, que foi preso com o dobro da quantia em dinheiro que Geddel Vieira Lima tinha: cerca de 100 milhões de reais em notas guardadas em dois locais, uma casa e um apartamento. Ajuizou que no governo Bolsonaro se tem visto apenas a reprodução da velha política: repetição de velhas práticas, troca de interesses, toma lá dá cá. Em menos de dois meses de governo, continuou, vê-se em uma escala maior ainda a reprodução dos escândalos que se viam no governo Temer. Está nos jornais, pontuou, um presidente que mente e quem manda no governo não são os ministros, mas a família Bolsonaro: é um vereador do Rio de Janeiro que demite um ministro. Admirou-se deste acontecimento, considerando que o país está jogado às traças, abandonado, não tendo governo. Julgou não existir relação de confiança entre o presidente e seu vice. Este, quando assume interinamente, faz um decreto em que cerca os órgãos públicos e aumenta a possibilidade de tornar documentos sigilosos. Tal decreto foi depois derrubado pela Câmara dos Deputados no que, considerou, foi um recado ao governo, porque somente os deputados do PSL votaram a favor de sua manutenção. Ponderou que se vê a repetição dos mesmos escândalos

que ocorriam nos governos do PT e no governo Temer, havendo mudança para pior porque a família Temer manda mais que o primeiro escalão do governo. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo MDB, Joaquim Campos disse que, se os comunistas querem dar um golpe, acabarão conseguindo, mas não terão estrutura para aguentar as consequências. Criticou Wagner Moura, chamando-o imbecil, por fazer um filme em que Carlos Marighela é retratado como um pobre, negro da periferia. Classificou Marighela como um criminoso, frio e calculista. Questionou o motivo de José Dirceu ter sido posto em liberdade, não usando mais tornozeleira eletrônica. Aventou a possibilidade de haver muito dinheiro por trás disso. Atravessando o oceano Atlântico e chegando à África do Sul, aditou, vê-se o quanto de dinheiro nosso foi extraído do BNDES para ajudar o comunismo lá do outro lado. Do mesmo modo, retomou, fez-se em relação à Venezuela. Assim, todos os países vizinhos nos devem. Dirigindo-se ao vereador Paulo Queiroz, disse que inicialmente pretendia tratar sobre o tema de tremenda relevância levantado por este em seu pronunciamento anterior nesta sessão, referindo depois haver várias facções criminosas atuando em nosso estado, além do PCC e Comando Vermelho, que forçam a adesão dos apenados às suas fileiras. Disse depois que os comunistas ficam procurando porque as grandes redes de televisão tiveram suas verbas cortadas. Acusou Gustavo Bebianno de ser uma “melancia”, verde por fora e vermelha por dentro, um comunista infiltrado no PSL. Julgou que este tentou dar uma de coitadinho, tentou se explicar, mas não há explicação, pois ladrão, vagabundo, terrorista, comunista é tudo farinha do mesmo saco e vai ser expurgado do governo. Externou que a política funciona com dinheiro, voto comprado, e muitos deputados federais que há por aí não fizeram na vida sequer um terço do que já fizeram os vereadores desta Casa. Recordou que, quando disse não receber liderança comunitária em seu gabinete se não viesse acompanhada por pelo menos dez pessoas, membros da comunidade, acharam que era maluco. Expressou que enquanto houver esta esquerda nefasta tentando tomar o poder na marra é necessário estar preparado para a reação. Pelo PSDB, Nehemias Valentim apontou que o governo federal tem pouco tempo de gestão, apenas dois meses, e condená-lo seria uma atitude prematura. Entretanto, ponderou, não se pode criar uma cobra sob o risco de ser picado por ela. Assim, aprovou a demissão de Gustavo Bebianno pelo presidente Jair Bolsonaro. Manifestou a esperança de mudança no país, pois, se perdermos a esperança, tudo se tornará um caos tão grande que não será possível mais recuperar. Referiu que, excluindo-se algumas grandes empresas, o restante do empresariado nacional enfrenta grandes dificuldades. Julgou que este quadro não é culpa do atual governo, mas das gestões passadas, que colocavam tudo para debaixo do tapete, encobrendo irregularidades. Hoje, conjecturou, se prenderam cem milhões em algum lugar é sinal de que não se está convivente com a bandalheira. Alvitrou ser necessário dar tempo ao atual governo para que se possa realmente avaliá-lo. Sem citar nomes, criticou um vereador desta Casa dizendo que este usa as redes sociais para encobrir seu mau caráter e sua falta de respeito pelos demais parlamentares e que deixou de comparecer a este parlamento durante dois anos, assinando ponto na SEDUC. Pelo PSD, Sargento Silvano disse ficar triste com as matérias veiculadas pela imprensa, especialmente pela Rede Globo, denunciando membros do governo e da família Bolsonaro. Informou que acompanha Jair Bolsonaro há muito tempo, sendo seu cabo eleitoral de pai e mãe. Recordou ter feito um projeto, rejeitado por esta Casa, concedendo a ele o título de Cidadão de Belém, participando que o protocolara novamente no dia anterior. Apesar dos ataques na imprensa, alegou, Jair Bolsonaro é o único presidente que está mandando investigar o próprio filho e o próprio partido. Expressou sua revolta por ver a Globo detonando o presidente enquanto todos no Brasil parecem alienados. Referiu ter aprendido na política que aquilo que as pessoas falam não se escreve. Entretanto, quando a Rede Globo acusa Bolsonaro, todos aquiescem e ninguém procura saber a verdade, ninguém investiga. Questionou então o motivo de tanto ataque da Globo ao atual governo, supondo que isto ocorra porque o grupo não recebe mais dinheiro do governo federal, assim com também não recebem mais verbas os artistas e o PSOL. Há então uma retaliação em curso e tenta-se denegrir a imagem do presidente porque acabaram os privilégios. Os profissionais da imprensa, para não perder o emprego, submetem-se a esse tipo de coisa. Garantiu que Jair Bolsonaro é um homem honrado e que Gustavo Bebianno é um covarde traidor. Pelo PSOL, Fernando Carneiro reafirmou que Bolsonaro é mentiroso, como ficou comprovado pelo que foi divulgado na imprensa a respeito das conversas dele com Gustavo Bebianno. Ressaltou que, no episódio em questão, o presidente não cometeu crime de responsabilidade, mas o acontecimento serviu para mostrar quem ele é. Avaliou que quem mente uma vez, mente mais de uma vez. Disse esperar que o Brasil possa, ora em diante, desnudar quem é realmente Jair Bolsonaro: uma farsa, um fraco. Acrescentou que este não coordena seu partido, não coordena sua base, já perdeu sua primeira votação no Congresso Nacional e não conseguirá aprovar a reforma da previdência que pretende acabar com a aposentadoria de trabalhadoras e trabalhadores. Vaticinou que a população brasileira se arrependerá por tê-lo colocado na presidência. Esclareceu não estar defendendo Gustavo Bebianno, afirmando ser este também um bandido, pois sabia do processo dos laranjas e não é isento de responsabilidade. Deve então pagar pelo crime cometido, continuou, assim como o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que também espera que caia pela ação do Ministério Público. Resumiu então o que viera dizer da tribuna: caiu a carapuça do governo, sendo este um governo fraco e mentiroso que reproduz as mesmas práticas que dizia combater e está envolvido em

corrupção, estando isto claro para todo mundo. Asseverou que quem manda realmente no governo são os filhos de Bolsonaro, estando um deles, Flávio Bolsonaro, envolvido com milícias. Expôs que a questão é séria porque um governo que mente à nação não pode ser considerado um governo sério. Denunciou ser a reforma da previdência também uma mentira porque ao invés de cobrar das empresas que devem trilhões, vai tirar do aposentado e da aposentada. Declarou ser o trabalhador brasileiro quem sustenta o país e afirmou ser esta reforma uma farsa que também será desmascarada. Disse estar esperançoso de que o Congresso Nacional não adira ao espírito do toma lá dá cá e a barre como barrou o decreto autoritário do vice-presidente que aumentava o processo de controle das informações do governo. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. Pelo PT, Amaury da APPD inquiriu sobre qual critério seria usado para cassar o mandato do vereador Dr. Chiquinho. Declarou sentir-se ofendido por vereador que - sem ter conteúdo político e sem conhecer a história do Brasil e mundial - sobe à tribuna e iguala os esquerdistas a bandidos, calhordas e mafiosos. Exigiu respeito, ressaltando que nunca mudou de partido e sempre se manteve firme em suas convicções - não muda por questões eleitorais, para eleger-se, ou para obter mais dinheiro. Exigiu então para si o mesmo respeito que a base do prefeito exige do vereador Dr. Chiquinho porque não é bandido, não faz parte de quadrilha, não toma parte de roubo no município, no estado ou no país. Pediu que se discutissem questões políticas dentro da política, acrescentando ser verdade que o governo Bolsonaro está indo por água abaixo. Referiu que o PSL está envolvido em corrupção: o laranjal das laranjas podres não pertence somente a Bebianno, mas também envolve o ministro do Turismo. Ultimamente, continuou, descobriu-se a corrupção envolvendo o Sistema S e a CNI. Entretanto, ironizou, dizem que somente no PT há ladrões. Afirmou que Bebianno é bandido, mas agora Antônio Palocci é herói. Lembrou que anteriormente a Globo representava a voz do povo brasileiro, agora a Globo é um antro de bandidos. Concluiu ser necessário haver coerência e disse ter certeza de que logo haverá um mar de desgraça no Brasil porque só vai haver corrupção, a começar pelos próprios filhos de Bolsonaro no Rio de Janeiro. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Foi feita em seguida a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando a realização de uma sessão especial para discutir o tema Energias Renováveis. Fizeram o encaminhamento os vereadores Igor Andrade, Fernando Carneiro, Nehemias Valentim (com aparte do vereador Sargento Silvano) e Émerson Sampaio (com aparte da vereadora Nilda Paula). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Pablo Farah, Sargento Silvano, Lulu das Comunidades, Amaury da APPD, Nilda Paula e Fabrício Gama (assumindo a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwage). Reassumiu depois a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. Finda a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Amaury da APPD pediu então Questão de Ordem solicitando que os projetos de lei de autoria da PMB (referentes aos processos nº 1183/18 e 2211/17), que seriam discutidos e votados em sessão extraordinária marcada para esta data às doze horas, fossem objeto de discussão e votação nesta sessão, o que foi negado pela Mesa. O vereador Toré Lima pediu também Questão de Ordem solicitando, nas sessões ordinárias encerradas por falta de quórum, a lista dos vereadores presentes e ausentes, o que foi acatado pela Mesa. Não havendo matéria em pauta para discussão e votação, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às dez horas e cinquenta e dois minutos, convocando os demais parlamentares para a sessão extraordinária anteriormente citada. Estava licenciado o vereador Zeca Pirão. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Blenda Quaresma, Dr. Chiquinho e França. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, Mauro Freitas e Professor Elias, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Bieco, Fabrício Gama e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Nehemias Valentim, Moa Moraes, Paulo Queiroz e Neném Albuquerque, pelo bloco PSDB – PSL; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB - PHS; Gleisson e Igor Andrade, pelo bloco PDT - PSB; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Simone Kahwage e Toré Lima, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 20 de fevereiro de 2019.